

**ATA Nº. 27 - REUNIÃO DO COLÉGIO DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS
ELEITORAIS DO BRASIL
FORTALEZA/CE – 26/03/2004**

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de março do ano dois mil e quatro, no Auditório do Ceasar Park Hotel – Fortaleza/CE, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Fernando Luiz Ximenes Rocha, Presidente do TRE do Ceará, compondo a mesa as seguintes autoridades: Excelentíssimos Senhores Ministros Luiz Carlos Lopes Madeira e Fernando Neves da Silva, ambos integrantes do Tribunal Superior Eleitoral; Desembargadora Eva Evangelista de Araújo Sousa, Presidente do TRE do Acre; Desembargador José Fernandes de Hollanda Ferreira, Presidente do TRE de Alagoas; Desembargador Alcemir Pessoa Figliuolo, Presidente do TRE do Amazonas; Desembargador Gilberto de Paula Pinheiro, Presidente do TRE do Amapá; Desembargador Manoel Moreira Costa, Presidente do TRE da Bahia; Desembargador Maurílio Almeida de Abreu, Presidente do TRE do Espírito Santo; Desembargador Jorge Rachid Mubárack Maluf, Corregedor do TRE do Maranhão; Desembargador Licínio Carpineli Estefani, Presidente do TRE do Mato Grosso; Desembargador Antônio Hélio Silva, Presidente do TRE de Minas Gerais; Desembargadora Albanira Lobato Bemerguy, Presidente do TRE do Pará; Desembargador Carlos Antônio Sarmiento, Corregedor do TRE da Paraíba; Desembargador Moacir Guimarães, Presidente do TRE do Paraná; Desembargador Antônio de Pádua Carneiro Camarotti Filho, Presidente do TRE de Pernambuco; Desembargador Raimundo Nonato da Costa Alencar, Presidente do TRE do Piauí; Desembargador Marcus Antonio de Souza Faver, Presidente do TRE do Rio de Janeiro; Desembargador Cristovam Praxedes, Presidente do TRE do Rio Grande do Norte; Desembargador Alfredo Guilherme Eglert, Presidente do TRE do Rio Grande do Sul; Desembargador Eliseu Fernandes de Souza, Presidente do TRE de Rondônia; Desembargador José Pedro Fernandes, Presidente em exercício do TRE de Roraima; Desembargador Álvaro Lazzarini, Presidente do TRE de São Paulo; Desembargador José Artêmio Barreto, Presidente do TRE de Sergipe; e Desembargador José Maria

das Neves, Presidente do TRE de Tocantins. Inicialmente, todos são convidados para, de pé, ouvir o Hino Nacional Brasileiro, cantado pelo Coral do Grupo Pão de Açúcar, o qual, na oportunidade, também apresentou coletânea de músicas regionais. A seguir, o Exmo Sr. Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha declara aberto o XXVII Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, saudando, na oportunidade, todos os presentes, dando-lhes as boas-vindas. Logo após o intervalo e retomando os trabalhos da reunião sob comento, o Dr. Lino Edmar de Menezes, Procurador Regional Eleitoral do Ceará, é convidado para compor a mesa, a fim de proferir palestra sob o tema “Propaganda Eleitoral Antecipada”, após a qual seguiu-se breve debate. Em continuidade, a palavra é concedida à Desembargadora Albanira Lobato Bemerguy, Presidente do TRE do Pará, a qual agradece a calorosa acolhida a todos os participantes do evento, convocando, em seguida, o Dr. Ivan dos Santos Melo, Secretário de Informática daquela Corte, para apresentação do Projeto “Uso Inteligente da Intranet”. Com a palavra, o ilustre Secretário de Informática esclarece que o Projeto “Uso Inteligente da Eleição” subdivide-se em três tópicos, quais sejam: 1 – **Controle Integrado da Eleição – CIE**, o qual facilita o gerenciamento da eleição, bem como o controle sobre a execução de tarefas; 2 – **Voz sobre IP**, que consiste na utilização de rede de comunicação de dados, sem a utilização de linha telefônica, entre TRE e Zonas localizadas no interior do Estado, inexistindo custo adicional, observando-se, também, uma redução no número de ligações telefônicas e liberação nas linhas dos cartórios; e 3 – **Publicidade de documentos**, cujo programa permite que o TRE obtenha uma canal oficial para comunicação através da intranet, sem custo financeiro, com publicidade imediata e segurança (em relação ao e-mail). Logo após, o Dr. Athayde Fontoura Filho, Diretor Geral do TSE, comunica que foi distribuído, entre os componentes da mesa, ofício do Ministério da Fazenda e do Ministério do Orçamento, o qual trata do contingenciamento orçamentário no valor de 4,8 milhões destinados aos orçamentos de custeio e de projetos da Justiça Eleitoral, motivo pelo qual convida o TRE do Pará a integrar-se ao Projeto Voz sobre IP também desenvolvido pelo TSE, com a devida autorização da Des.^a Albanira Lobato

Bemerguy, a qual é concedida. A seguir, o Des. Alfredo Guilherme Eglert, Presidente do TRE do Rio Grande do Sul, encaminha à Presidência da mesa documento contendo a “Tabela de sugestões para aperfeiçoamento do Sistema de Acompanhamento de Processos e Documentos – SADP”, oferecidas pelos usuários do Sistema na Coordenadoria de Registros e Informações Processuais daquele Tribunal, para estudo e análise, a qual segue em anexo, parte integrante desta ata. Após o intervalo para almoço, os trabalhos da presente reunião são retomados, fazendo uso da palavra o Des. Marcus Faver, Presidente do TRE do Rio de Janeiro, que aborda o tema pertinente à Reforma do Poder Judiciário, ora tramitando no Senado Federal, acerca da supressão, prevista no respectivo Projeto de Emenda Constitucional, na composição dos Tribunais Regionais Eleitorais, de um cargo de Desembargador Estadual, destinando-se tal vaga para preenchimento por um Juiz Federal, cuja restrição, na opinião do referido Magistrado, se revela afrontosa à Magistratura Estadual, sugerindo um posicionamento deste colegiado acerca da matéria. Em continuidade, após a manifestação de apoio dos demais presentes à iniciativa, o Des. Gilberto Pinheiro, Presidente do TRE do Amapá, sugere a elaboração de uma carta aberta tratando do assunto, tendo, igualmente, o Min. Fernando Neves sugerido que cada Presidente mantenha contato direto com os Senadores integrantes das respectivas bancadas estaduais, a fim de prestar esclarecimentos acerca da matéria. Logo após, procedida a votação nominal, o Colégio de Presidentes, por unanimidade, decide acatar ambas as proposições, sendo os Desembargadores Antonio de Pádua Carneiro Camarotti Filho, do TRE/PE, Gilberto Pinheiro, do TRE/AP, e Marcus Faver, do TRE/RJ, designados para integrar a comissão responsável pela elaboração da nota. Na ocasião, também foram aprovados os nomes do Presidente do Colégio de Presidentes e dos Desembargadores Jorge Rachid Mubarak Malup, do TRE/MA, José Maria das Neves, do TRE/TO, Gilberto Pinheiro, do TRE/AP, e Antonio de Pádua Carneiro Camarotti Filho, do TRE/PE, para integrem uma comissão, a qual, no próximo dia 5 de abril, em Brasília, deverá manter contato com os parlamentares do Senado Federal, a fim de discutir as alterações propostas. Em prosseguimento, a palavra é concedida, em virtude de sua Relatoria, ao

Des. Gilberto Pinheiro, do TRE/AP, para votação das alterações no Estatuto do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, sendo aprovadas as seguintes redações: "**Art. 5º... § 1º.** "A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada semestre, e, extraordinariamente, em qualquer época do ano, sempre com prévia ordem do dia." **Art. 7º.** "A Comissão Executiva constituir-se-á de 01 (um) Presidente, 01 (um) Vice-Presidente, 01 (um) Secretário e de 05 (cinco) vogais, com mandato de um ano, permitida a recondução por igual período." **§ 1º.** Os membros da Comissão Executiva serão eleitos durante reunião da Assembléia Geral Ordinária, realizada em sessão anterior ao término do mandato, mediante a apresentação de chapa completa, inscrita junto à Secretaria do Colégio até o dia da eleição e de conformidade com a ordem estabelecida na caput do artigo, e voto direto e secreto." **§ 2.** "Os eleitos entrarão em exercício imediatamente ao término do mandato anterior." **§ Art. 8º.** Excluído. Ainda com a palavra, o Des. Gilberto Pinheiro ressalta, na oportunidade, a questão da problemática acerca da carência de servidores na Justiça Eleitoral, principalmente nos Estados da Região Norte. Logo após, o Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha comunica aos integrantes do Plenário que será procedida a distribuição de material tratando sobre o "Sistema de Reembolso de Despesa de Assistência Médica" e "Sistema de Estatísticas Processuais" do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Em prosseguimento, o Des. Antonio de Pádua Carneiro Camarotti Filho, do TRE/PE, tendo em vista a eleição da nova Diretoria do Colégio de Presidentes, sugere os nomes do Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha, do TRE/CE, para a Presidência, Des. Gilberto Pinheiro, do TRE/AP, para a Vice-Presidência, e do Des. Marcus Faver, do TRE/RJ, para o cargo de Secretário. Após o intervalo, o Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha sugere os nomes dos Desembargadores Eva Evangelista de Araújo Sousa, do TRE/AC, Maurílio Almeida de Abreu, do TRE/ES, Raimundo Nonato da Costa Alencar, do TRE/PI, Albanira Iobato Bemerguy, do TRE/PA, e Álvaro Lazzarini, do TRE/SP, para vogais, sendo declarados eleitos por aclamação. Com a palavra, o Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha sugere a transferência dos temas previstos no dia de hoje para amanhã, em virtude do lançamento do livro "Fragmentos de

Memória do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará”, previsto para às 18:00 no Museu do Ceará, declarando suspensa a presente reunião e agradecendo a presença de todos. Reiniciados os trabalhos, às oito horas e trinta minutos do dia vinte e seis de março do ano de dois mil e quatro, com a presença do Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence, o Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha determina a apresentação de vídeo acerca do Projeto Eleitor do Futuro, procedendo a breve exposição sobre o tema, destacando as seguintes atividades previstas para o ano de 2004: 1 – Realização da Semana do Eleitor do Futuro no período de 12 a 16 de abril de 2004, com relançamento da campanha na mídia e atendimento preferencial dos jovens de 16 e 17 anos nos Cartórios Eleitorais; 2 – Constituição do Conselho de Jovens para o ano de 2004; 3 – Entrega dos diplomas de “Escola Amiga da Democracia” aos estabelecimentos de ensino que participaram da Campanha de Alistamento Eleitoral; 4 – Realização da eleição simulada com alunos de 12 a 15 anos das escolas que desenvolveram os melhores projetos de educação política; e 5 – Elaboração e lançamento de publicação com os melhores projetos de educação política selecionados. Em prosseguimento, a palavra é concedida ao Ministro Fernando Neves o qual profere palestra sobre o tema “Novidades para as Eleições 2004”, seguida de debate. Após o intervalo, a Des.^a Eva Evangelista de Araújo Sousa, Presidente do TRE do Acre, saúda o Ministro Sepúlveda Pertence, destacando a organização do evento e o apoio emprestado pelo TSE àquele Regional. Ainda com a palavra, a eminente Desembargadora suscita questão no sentido da destinação das urnas eletrônicas de 1996, que não mais serão utilizadas nas eleições oficiais, em virtude do problema relativo ao local de seu armazenamento, dificuldade também enfrentada por outros Regionais. Em resposta, o Ministro Sepúlveda Pertence informa que tais urnas continuarão no acervo da Justiça Eleitoral, a fim de serem utilizadas para exposição, treinamento e empréstimos, tendo, na oportunidade, o Ministro Fernando Neves esclarecido que os próprios TRE’s deverão providenciar o armazenamento do material. A seguir, o Des. Marcus Faver, do TRE/RJ, apresenta minuta de texto a ser encaminhado aos Senadores, acerca da proposta da nova redação do art. 120, da Constituição Federal (composição

dos TRE's), sendo aprovada, por unanimidade, a minuta. Em continuidade, o Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha procede à leitura da "Carta de Fortaleza", a qual foi aprovada, por unanimidade, com a alteração sugerida por Sua Excelência, cujos documentos seguem em anexo, parte integrante desta ata.

Logo após, passa-se à discussão da Lei n.º 10.842/2004, que trata da criação de cargos na Justiça Eleitoral, sendo apresentada pelo Des. Alfredo Guilherme Eglert, Presidente do TRE do Rio Grande do Sul, proposta originária do TRE do Mato Grosso do Sul, acerca da destinação, na sua totalidade, dos cargos de Analista Judiciário para a área judiciária, cujas atividades são privativas do bacharel em direito. O Colégio de Presidentes, por unanimidade, aprova a sugestão, mantido o texto da Minuta de Resolução a ser apreciada pelo TSE.

Dando prosseguimento à reunião, passa-se à apresentação de vídeo sobre o Estado do Amapá, tendo o Des. Gilberto Pinheiro sugerido o referido Estado para sediar o próximo Encontro do Colégio de Presidentes, o que foi aprovado. Prosseguindo, é apresentado um vídeo institucional incentivando o alistamento eleitoral de jovens, originário do TRE do Paraná, o qual será encaminhado a todos os Regionais. Em seguida, o Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha informa que em novembro o TSE irá promover uma reunião para avaliação das eleições, a ser realizado no Estado de Minas Gerais. Ainda com a palavra, o eminente Desembargador agradece a participação de todos, principalmente do Min. Sepúlveda Pertence, Presidente de Honra do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, que, em breve pronunciamento, destaca a confiança na união da Justiça Eleitoral brasileira, a qual resultará em mais um passo em sua história, marcada a cada pleito pela contribuição importantíssima no processo de democratização do país. Nada mais havendo a tratar, Sua Excelência dá por encerrados os trabalhos da reunião. E, para constar, eu, Hugo Pereira Filho, Secretário, fiz lavrar a presente ata, a qual vai assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e demais integrantes do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais.

Ata do XXVII Encontro do Colégio de Presidentes – Fortaleza –
Março/2004

EM TEMPO: Na 2ª página, 1ª linha, onde encontra-se escrito Projeto “Uso Inteligente da **Eleição**”, leia-se “Uso Inteligente da **Intranet**”, bem como, na 3ª linha, onde se vê Jorge Rachid Mubarak **Malup**, do TRE/MA, leia-se Jorge Rachid Mubárack **Maluf**. Quando de sua palestra, o Min. Fernando Neves convida para a mesa o Dr. Alexandre Jobim, Consultor da ABERT, tendo o Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha, após a palestra, apresentado ofício encaminhado pela ACERT – instituição que tem prestado grande apoio a todas as iniciativas da Justiça Eleitoral do Estado do Ceará – no qual a entidade expõe as dificuldades que as emissoras denominadas “cabeças de rede”, responsáveis pela retransmissão dos programas políticos, encontram para o desempenho de tal ônus, em termos financeiros e técnicos, já que o material a ser veiculado é de responsabilidade das agremiações políticas, não havendo garantia de qualidade, sugerindo, por fim, que tais responsabilidades passem a ser assumidas pela Justiça Eleitoral. Na oportunidade, o Dr. Alexandre Jobim esclarece que, apesar de compreender as razões expostas, entende incorrer em equívoco posto que, além dos problemas técnicos envolvidos, o próprio TSE, em Resolução criou mecanismos para minimizar tais problemas, como a identificação quando da entrega de material e participação do responsável pelo partido junto à Justiça Eleitoral para a verificação da possibilidade técnica de veiculação, sem levar em conta o curto espaço de tempo para aparelhar a Justiça Eleitoral para o desempenho de tais tarefas. Diante das explicações prestadas pelo consultor da ABERT, o Exmo. Sr. Presidente entende prejudicada a matéria, retirando-a de pauta.

Ata do XXVII Encontro do Colégio de Presidentes – Fortaleza –
Março/2004